



ANPUH-PE

# VI Encontro Estadual de História.

Recife - 01 a 04 de novembro de 2006 – UFRPE



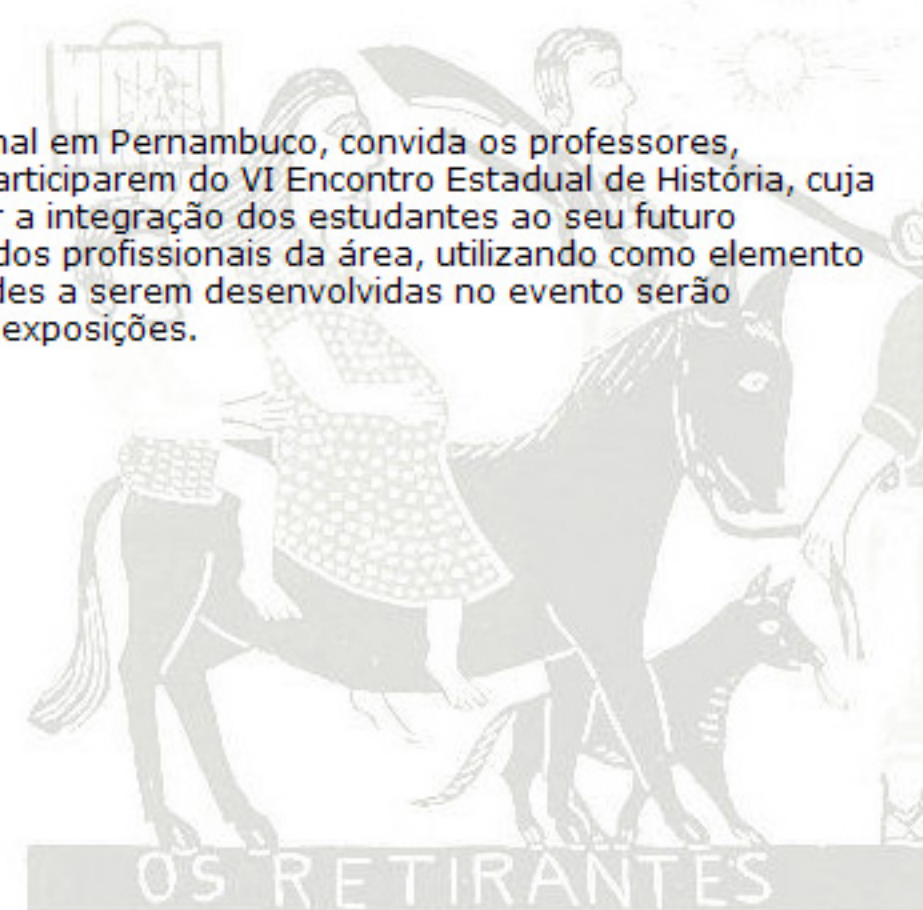
Início  
Programação  
Simpósios  
Temáticos  
Anais Eletrônicos  
Organização

REALIZAÇÃO:  
ANPUH Nacional  
ANPUH - PE  
UFRPE UFPE  
UNICAP UPE  
DA de História da UFRPE  
DA de História da UFPE  
GEHISC – Grupo de Estudo de  
História Social e Cultural  
Revista História Viva  
Revista Nossa História

PATROCÍNIO:  
Livraria Poty

## HISTÓRIA: CULTURA E SOCIEDADE.

A Associação Nacional de História – ANPUH, através de seu Núcleo Regional em Pernambuco, convida os professores, pesquisadores e estudantes vinculados à sua área de conhecimento a participarem do VI Encontro Estadual de História, cuja temática será História, Sociedade e Cultura. Este evento visa oportunizar a integração dos estudantes ao seu futuro ambiente profissional bem como o intercâmbio e a educação continuada dos profissionais da área, utilizando como elemento catalisador a relação entre a história, a sociedade e a cultura. As atividades a serem desenvolvidas no evento serão organizadas em conferências, simpósios temáticos, mini-cursos, fóruns e exposições.



# ORGANIZAÇÃO:

## Comissão Científica:

Paulo Donizéti Siepierski (UFRPE)  
Isabel Guillen (UFPE)  
Noemia Maria Q. P. da Luz (UFPE)  
Angela Grillo (UFRPE)  
Lúcia Falcão (UFRPE)  
Valeria Gomes Costa (UFRPE)  
Edson Silva (CAP/UFPE)  
Humberto da Silva Miranda (UFRPE)  
Manuela Arruda dos Santos (UFRPE)  
Gian Carlo de Melo Silva (UFRPE)

## Comissão Organizadora:

Paulo Donizéti Siepierski  
Isabel Guillen  
Noemia Maria Q. P. da Luz  
Angela Grillo  
Lúcia Falcão  
Valeria Gomes Costa  
Edson Silva  
Raquel Muniz  
Humberto da Silva Miranda  
José Bezerra de Brito Neto  
Fabiana de Araújo Tinto  
Carlos Henrique Dias  
Manuela Arruda dos Santos  
Alexandre Bittencourt Leite Marques  
Carlos Bittencourt Leite Marques  
Lídia Rafaela Nascimento dos Santos  
Gian Carlo de Melo Silva  
Rafaelle Cristine Custodia da Silva  
Rita de Cássia Gomes da Silva

## MONITORES:

Alexsandro Ribeiro do Nascimento, Aline Maria Lima de Souza, Angélica Pignata de Moraes, Bruno Marcio, Cíntia Maria da Silva, Clarice Izabela Alves Gomes, Creso Nuno, Daniella Melo Santos, Daniely Fernandes, Dayvison Freitas, Diogo Mota, Drailton Tavares dos Santos Bezerra, Elaine Patrícia de Oliveira, Elizabet Soares de Souza, Emanuelle Lins, Erick De Souza Silva, Gabriela Leão, Gabrielle Barbosa, Grasiela Florêncio de Moraes, Gustavo Augusto, Helder Remígio de Amorim, Hugo Augusto, Hugo Coelho Vieira, Isolda Elen, Jaqueline, Juliana Rodrigues, Juliane de Lima Barros, Juliane Vasconcelos, Luise Sarmento, Marcos Eustáquio, Natalia Zerpa, Nilson José da Silva, Onézia Lima, Paulo Henrique, Rita de Cássia, Rodrigo Adriano Farias, Sandro Vasconcelos da Silva, Suzaba Rebeca, Vaneska Lima.



## PORTUGAL, OS IMIGRANTES E A AMAZÔNIA<sup>1</sup>.

*Milena Duarte de Oliveira Souza<sup>2</sup>*

Desde o século XV, o movimento migratório tem sido um dos fenômenos mais marcantes da História de Portugal. Influenciados obviamente pelas descobertas e colonização dos novos espaços mundiais, os portugueses saíram para as praças marroquinas, para os arquipélagos da Madeira e dos Açores e para o noroeste africano. No final do século, com a chegada à Índia e a descoberta do Brasil, as movimentações adquiriram uma nova dinâmica.

**O Novo Mundo dos imigrantes<sup>3</sup>.** Esta migração de gentes portuguesas enquadra-se num contexto mais amplo: a expansão europeia em direção ao Novo Mundo. Entre 1500 e 1800, milhões de europeus, com especial preponderância para Portugal e Espanha, empreenderam um percurso intercontinental que, em várias regiões, chegou mesmo a contribuir, pela sua dimensão, para a formação de novas sociedades.<sup>4</sup> O império português, em particular, “se caracterizou por um permanente fluxo e refluxo de gentes das mais variadas condições sociais e com distintos objetivos”.<sup>5</sup>

Homens, mulheres, crianças, jovens e velhos. No universo colonial, famílias inteiras, escravos e agregados se deslocaram, abandonando lares, cidades, atravessando desertos e oceanos para viver noutras paragens, sobre as quais pouco ou nada tinham ouvido falar. A dispersão geográfica das populações foi, nos tempos modernos, fundamental para o (re)povoamento<sup>6</sup> do Novo Mundo.

No âmbito da política de povoamento adotada pelos Estados europeus, estabeleceu-se a distinção entre aqueles que rumaram para o novo continente de forma livre, impulsionados pela necessidade de sobrevivência e pelas expectativas de mudança em um mundo novo, quando não movidos pela aventura, e aqueles que foram obrigados a isso por uma circunstância penal e foram transferidos sob coerção, para viver sem liberdade nas novas terras. Os primeiros gozaram de certos privilégios, enquanto os *vadios* e *degredados* estavam sempre em uma posição marcada e inferiorizada.<sup>7</sup> Condenados por toda a vida, com a sentença de pena de morte se regressassem a Portugal, ou degredados temporariamente, eram tidos como criminosos.

A presença destes colonos, degredados ou não, na América é fundamental para o entendimento do processo de colonização do continente. Os imigrantes (especialmente os portugueses) em muito contribuíram para a efetivação do (re)povoamento das áreas coloniais e para a formação de novas sociedades, as sociedades modernas.

Entretanto, existem muitas lacunas no conhecimento sobre tais migrações. As fontes são esparsas e, obviamente, não representam a realidade total do fenômeno, cuja interpretação torna-se difícil quando se consideram as várias formas de migração como a clandestinidade, o retorno e o movimento dos que cumpriam funções burocráticas e militares. Ademais, nem sempre houve tempo e interesse – principalmente este último - dos governos em registrá-las, divulgando listas com nomes, destino, motivo da mudança e outros esclarecimentos, por exemplo. O que existe são apenas vagas idéias sobre o modo de vida, a sociedade e a cultura criada por esses imigrantes na época colonial.

**Imigrantes no Brasil Colônia.** No Brasil Colônia, a política de imigração se confunde com a de povoamento. A Coroa portuguesa preocupou-se em arregimentar colonos para ocupar as vastas terras da colônia, garantindo assim a posse pelo povoamento. A política adotada, no entanto, apresentou-se sob estratégias diversificadas ao longo dos séculos.

No primeiro século de colonização, quando a colônia se resumia a oito capitâneas divididas ao longo da costa, limitadas por uma linha a oeste, muito se falava da *fertilidade e abundância* de suas terras. Em *Tratado da terra do Brasil*, Pero de Magalhães defende a necessidade de divulgar no Reino as “riquezas da província”, para provocar a “muitas pessoas pobres, pois nisso consiste a felicidade e aumento dela”.<sup>8</sup> E completa: “os que lá forem viver com esta esperança [de enriquecer rapidamente] não se acharão enganados”.<sup>9</sup> Assim, ao longo do século XVI, muitos portugueses e estrangeiros mudaram-se para o Brasil em busca de uma vida melhor. No século seguinte, o fluxo migratório tornou-se ainda mais freqüente. Os movimentos migratórios foram marcados, sobretudo, pela iniciativa régia, que os promoveram no sentido de salvaguardar as áreas limítrofes do império.

Tanto é que alguns eruditos portugueses àquela época já se preocupavam com as conseqüências negativas para a nação. Em *Notícias de Portugal*, o livreiro Manoel Severim de Faria (1581-1625), fez referência à principal “causa da falta de gente” em Portugal. Segundo Severim de Faria, os descobrimentos e a fundação de novas colônias ocasionaram um certo despovoamento no Reino.

Pelo que ainda que a gente naturalmente vá em crescimento, como temos provado, contudo, a nossa Nação Portuguesa, depois que houve estas conquistas, se foi diminuindo, não por falta da multiplicação natural, se não por os portugueses se irem de sua pátria a povoar e fundar tantas cidades e lugares, como temos dito, em terras tão remotas e tão largas.<sup>10</sup>

Mas, segundo Fernando Novais, a visão transmitida pelo livreiro é “dramática”. A idéia de que a pequena nação foi despovoada e transportada para o Oriente ou para o Brasil não tem

fundamento. É verdade que houve um fluxo muito intenso da população metropolitana para as áreas coloniais, como também uma introdução maciça de escravos no Reino. Para Novais, entretanto, não se deve exagerar a “despopulação” da metrópole em função do Ultramar. No século XVIII, o crescimento demográfico português acompanhava o movimento populacional da Europa. Ocorria, sim, um atraso da produção agrícola e manufatureira, o que gerava pobreza e, conseqüentemente, uma parcela de desempregados em busca de uma vida melhor noutras terras. Ademais, a estrutura camponesa da nação permanecia intacta diante das descobertas.

Na primeira metade do século XVIII, entretanto, o fluxo migratório abrandou. Atrair povoadores voluntários já não se mostrava tão fácil como antes. Pode-se dizer que o divisor da política de ocupação do espaço colonial foi a intervenção pombalina. Depois de 1751, a colonização estabeleceu claramente um sentido articulado a interesses geopolíticos e mercantis. A partir desse ano, a *colonização com ordem* foi o objetivo a alcançar. O território havia se expandido através das novas demarcações e as expedições exploradoras constatavam que muitas áreas estavam despovoadas.

**A política de povoamento na Era Pombalina (1750-1777).** A política pombalina fez o mundo português mover-se com mais intensidade. O Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I, deu início ao plano de povoamento, defesa e exploração efetivos das regiões fronteiriças do império. O extremo norte do Brasil foi uma das áreas privilegiadas pela política do ministro, que pretendia garantir a posse das terras amazônicas através da transformação do espaço físico e social. Novas fronteiras foram demarcadas pelo Tratado de Madrid (1750) e os exploradores portugueses realizaram diversas viagens de reconhecimento, abrindo espaços para a reforma urbana que viria em seguida. Os antigos aldeamentos deram lugar às ‘vilas civis’ e a configuração espacial começou a mudar profundamente, dando origem a novos sistemas culturais.

A política de povoamento previa o aumento e progresso das povoações com a concessão de liberdade aos índios e a introdução de brancos nas povoações de índios. As ‘vilas civis’, habitadas por nativos e europeus, seriam testemunhos da ousadia e da capacidade da Coroa portuguesa de estender cada vez mais os limites do mundo ultramarino. Era preciso atrair colonos europeus e pôr o plano em prática. Assim, a política de imigração tomou novo fôlego com o incentivo estatal. Gente de várias partes do mundo português migrou para a Amazônia. Povoadores voluntários ou não, muitos foram seduzidos pelas propaladas riquezas da região. E ao se instalarem nas novas vilas, passaram a fazer parte de um meio no qual não era fácil sobreviver. A realidade amazônica transformou a vida desses imigrantes.

**Amazônia dos imigrantes.** A Amazônia era, portanto, prioridade do projeto pombalino. E, para lá, havia muitos colonos dispostos a se mudar. Havia os povoadores voluntários, caçadores de aventuras, que seduzidos pelas propaladas riquezas da região tentavam a sorte de qualquer jeito. Padre João Daniel (1722-1776), cronista e missionário que viveu na Amazônia por 18 anos e foi expulso por Pombal, refere-se aos europeus, que voluntariamente poderiam povoar as terras do Amazonas:

Nem duvido que haja europeus aos milhares, que tendo notícia das belas terras do Amazonas, da sua fertilidade e vastidão, e que de graça e sem foros, nem pensões se reparte a quem a quer cultivar; sabendo do clima tão sadio daquelas regiões e da primavera e verão contínuo de todo o ano, sem mais sinais de inverno do que as chuvas a seu tempo; sabendo das muitas riquezas e preciosidades daquelas matas, que cada um pode cultivar para si e fazer hortenses e que finalmente podem todos os seus colonos ser mui fartos e ricos em tão poucos anos sem mais fadigas do que uma mediana indústria e diligencia, etc., se ofereceriam à porfia para a viagem: meteriam empenhos para serem admitidos na lista dos que se teriam por tão afortunados, desprezariam os perigos da viagem, fechariam os olhos aos medos e sustos dos mares, e levariam com alegria as moléstias da navegação, e gastos da malotagem e transporte.<sup>11</sup>

Depois da descrição apaixonada da região, o padre reconhece que a propaganda feita pelos governos aos colonos voluntários era, muitas vezes enganosa. Mesmo assim, muitos *forasteiros* davam-se por satisfeitos com os *chavascas estéreis* que lhes concediam. A imagem do paraíso ou a propaganda da Amazônia na Europa certamente trouxe muitos aventureiros, mas principalmente trabalhadores pobres. As possibilidades de enriquecimento estavam, na mentalidade popular, abertas a todos. Homens livres e pobres seriam, de fato, os principais povoadores da Amazônia.

Porque há muita gente pobre em toda a Europa, que não pode buscar a vida pela suma pobreza em que se acha, e só com algum socorro poderiam tentar fortuna e oferecer-se à viagem.<sup>12</sup> Com estes, e semelhantes pobres se podem povoar muitos ultramares; e de fato muitos príncipes se têm aproveitado destes miseráveis para povoar as suas colônias...<sup>13</sup>

Assim é que o governo português conseguiu angariar povoadores de várias partes do império para povoar as vastas terras do Amazonas. Inicia-se, então, um período de muitas migrações intercontinentais controladas pela administração pombalina. A Coroa decidiu reforçar o financiamento ou ajuda no envio de casais<sup>14</sup>, sobretudo das ilhas atlânticas, para a região norte.

**Açores: colônia de migrantes.** No contexto das migrações portuguesas, os Açores apresentam-se como uma região que desde sempre contribuiu para os esforços imperiais de Portugal, deslocando homens para o serviço militar e povoadores para as zonas fronteiriças do império. Tratava-se de gentes de origem social diversa, inclusive estrangeiros, que haviam se estabelecido nas ilhas atlânticas desde o século XV.

Depois da colonização, entretanto, milhares de açorianos procuraram noutros espaços a solução para as muitas adversidades que enfrentavam nestas ilhas atlânticas. Os episódicos fenômenos sísmico-vulcânicos e, sobretudo, as estruturas sócio-econômicas arcaizantes determinaram, ao longo do tempo, a saída do arquipélago de muitos indivíduos, principalmente a população mais pobre. A emigração surgia, assim, como forma de fuga a estas situações mais críticas. E a colônia passara a ser uma *obra de migrantes*, vivendo um constante movimento de fluxo e refluxo de indivíduos.

Depois de um período de contenção do fluxo emigratório, a Coroa portuguesa passou a apoiar e promover a saída de casais ilhéus para o Brasil. Interessava, sobretudo, povoar, explorar e defender as regiões fronteiriças no sul – Sacramento, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e no norte – Maranhão e Grão Pará. Assim, sobretudo em meados do século XVIII, o fenômeno migratório se intensificou. Em 1746, os moradores das ilhas, num pedido dirigido ao rei, solicitaram a passagem aos sertões do Brasil que se acham desertos com o argumento de que existia “uma grande multidão de povo que nelas se acha sem emprego”.<sup>15</sup>

**Açorianos no Estado do Grão Pará e Maranhão.** Assim, a saída dos açorianos, pelo menos em movimentos mais significativos, foi quase sempre canalizada para territórios onde era necessário assegurar a defesa e a sua exploração. Neste tempo, como foi dito, a política portuguesa ultramarina procurava concentrar esforços no sentido de garantir a posse da região amazônica, especialmente o território do Cabo do Norte. Esses imigrantes foram introduzidos nos planos de fomento da agricultura e de comércio da administração pombalina, que pretendia, com esses europeus, iniciar uma proposta deliberada de miscigenação e de urbanização da região mediante a criação das vilas. Portanto, a localização desses povoadores e a fundação das vilas tiveram um papel estratégico na geopolítica da metrópole portuguesa.<sup>16</sup>

Por tudo isso, o elemento açoriano é digno de desdobramentos neste estudo. A presença destes ilhéus no Brasil está marcada em vários momentos e espaços, tendo início já no século XVII (1619), quando chegaram ao Maranhão. Mas foi a experiência amazônica, na segunda metade do século XVIII (especialmente entre 1750 e 1777), que os transformou em peças fundamentais de uma nova estratégia de ocupação. No Estado do Grão Pará desenvolveu-se um projeto de colonização com açorianos de maior envergadura, dado o número de colonos, a

montagem de uma estrutura administrativa e o volume de financiamentos. Sua presença na região tornou-se tão perene que o termo “açorianos” ou “casais de açorianos” teria sido usado para identificar quaisquer imigrantes vindos de Portugal.<sup>17</sup>

Diante da vasta documentação do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, referente ao Estado do Grão Pará e Maranhão<sup>18</sup>, há pistas sobre o movimento migratório dessa população insular. As primeiras levas enviadas pelas autoridades do ministério pombalino foram encaminhadas para o lugar onde seria fundada a vila de São José de Macapá, às margens do rio Amazonas.

**O Povoamento de São José de Macapá.** Fundada em 1751 pelo então governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Macapá transformou-se num laboratório de experiências políticas da colonização. O governador a tinha como “uma representação mais cuidada do seu projeto de ‘restauração’ da terra amazônica”<sup>19</sup>, uma eleita entre todas as vilas. Tratava-se de uma comunidade formada basicamente de colonos açorianos.

As primeiras medidas de instalação da vila referiram-se ao transporte dos colonos e à construção das edificações – casas, praças, igreja e, principalmente, a fortaleza. Preocupado com o aumento e progresso da povoação, o governador estabeleceu o local de instalação dos futuros povoadores – podiam ser os filhos dos moradores ou mesmo novos povoadores vindos do Reino. Em 1761, a povoação recebeu um grupo de degredados e, em 1764, outra leva de imigrantes, de sorte que no ano seguinte, Macapá contava com uma população de 802 habitantes.<sup>20</sup>

Cada colono recebeu instrumentos, gado e sementes para plantar e a cada família foi concedida a posse de uma unidade de moradia. E tinham ainda que estar disponíveis para servir como militares. Identifica-se aí, segundo Rosa Elizabeth Marin, “uma primeira ambivalência do projeto, pois a colônia agrícola é também uma guarnição militar. As autoridades colocaram o interesse geopolítico em primeiro lugar, em detrimento da agricultura”.<sup>21</sup>

O projeto de povoamento inicial foi marcado pela improvisação, com mínimas condições para transportar os colonos e falta de recursos para sua manutenção na capital. Desde a instalação da vila, as situações de emergência, a precariedade da instalação e os conflitos passaram a ser relatados. Mas, com todas as dificuldades, em 1758, o lugar foi finalmente transformado em vila e ficaria encostado às muralhas da nova fortaleza.

Em 1773, quando a população contava com 986 pessoas livre e 321 escravos, o governador João Pereira Caldas deu seu parecer quanto à situação da vila e seus habitantes:



(...) as casas não têm nobreza alguma e se conservam ainda cobertas de palha como no princípio da sua fundação; contudo os seus moradores vivem sofrivelmente com os provenientes da agricultura e das suas lavouras; e em verdade se têm empregado, e empregam, com o trabalho superior às suas possibilidades.<sup>22</sup>

Em 1779, já sob a regência de D. Maria, os moradores, através do Senado de Macapá, expressaram sua decepção em relação ao projeto pombalino. O documento que segue é de extrema importância para o entendimento de outro tempo em que se nega essência do planejamento urbano e social pombalino.

Fomos convidados por um Decreto real para virmos das ilhas, povoar esta nova colônia, e animados do socorro que nos permitia pela real fazenda, desamparamos as nossas pátrias e nos deixamos conduzir, mas as penas nos deitaram nesta situação (...), e nos obrigaram violentamente a um serviço excessivo de alimpar os matos deste terreno dentro de lagos, e sem o limitado sustento de farinha (...), e depois nos mandaram para o mato cortar madeiras e conduzi-las para a fatura das casas que só por conta da Real fazenda se mandaram levantar dezoito paus para cada uma, e cobertas de palha como ainda hoje se costuma, e tudo o mais a nossa custa.<sup>23</sup>

A decepção com o projeto é evidente no discurso dos moradores. A promessa de uma vida melhor havia se transformado numa rotina de muito trabalho nas lavouras. Criou-se um mal-estar entre as autoridades e a população, que ainda viveu uma epidemia de graves conseqüências.

Apesar da repugnância dos colonos açorianos em relação ao projeto pombalino, sua presença em muito contribuiu para o desenvolvimento da vila. Foram, sem dúvida, peças fundamentais no processo de povoamento da região do Cabo do Norte. E, mesmo que o resultado da experiência com esses colonos não tenha sido satisfatório para o governo seguinte, para a política pombalina, os ganhos teriam sido inquestionáveis. Se o objetivo era *povoar para defender*, os açorianos em muito serviram, pois a Coroa, pelo menos naquele sítio, não se sentiria mais ameaçada. Ademais, o sopro de povoamento na Amazônia do século XVIII teve Macapá como epicentro e se estendeu até outras localidades, algumas não muito longe dali, como Vila Vistosa da Madre de Deus.

**O povoamento de Vila Vistosa da Madre de Deus.** Fundada em 1767 por ordem do governador da capitania Fernando de Ataíde Teive, na margem setentrional do rio Anauarapucu (hoje rio Vila Nova), a vila serviria de apoio militar a Macapá em caso de invasão.

A população que a vila acolheu era bastante heterogênea quanto à origem. Vila Vistosa recebeu colonos açorianos da ilha da Madeira e dos Açores (*filhos das Ilhas*), degredados vindos de Lisboa (*filhos do Reino*) e estrangeiros. A *Relação dos Povoadores* de 5 de Dezembro de 1772<sup>24</sup> declara as famílias que estavam presentes e as que estavam ausentes em diversas partes, separadas ainda por origem. Havia 76 famílias, *filhos do Reino*, existentes e 19 ausentes; dos *filhos das Ilhas*, 33 famílias estavam presentes e 10 estavam ausentes; e quanto aos estrangeiros, apenas 16 estavam na vila, enquanto 35 estavam ausentes. No total, havia 189 famílias na povoação.

Note-se que o componente ausente representava 1/3 da população, um dado preocupante para o comandante da vila, Marcos José Monteiro de Carvalho. Ademais, para os que permaneceram na vila, a situação era insustentável. A convivência entre os *das Ilhas* e os *do Reino* não era de todo pacífica. O comandante dizia-se preocupado em evitar as intrigas que os primeiros tinham com os segundos, e pretendia cumprir a ordem de prender e remeter para o calabouço de Macapá os ilhéus que injuriassem os reinóis – ao que parece, as provocações partiam sempre dos primeiros.

O comandante da vila que relatou ainda outros problemas encontrados na administração da vila, a saber: fragilidade das casas, construídas de “inferiores madeiras”; falta de operários indígenas para o auxílio na reconstrução dos edifícios; a situação precária da igreja, “tão indecente que os prelados não consentem que nela se exponha o Senhor”; falta de mantimentos como farinha, feijão e algodão; decadência da pecuária; falta de canoas e ferramentas de trabalho; necessidade de se construir uma cadeia e um hospital, sem que fosse preciso transportar presos e doentes até Macapá; alimentação precária; enfim, uma série de carências que impossibilitavam o aumento e progresso da vila. Outro problema somado àqueles foram as epidemias que vitimaram uma parcela da população e causavam um constante mal-estar.

Diante da situação decadente do povoado, os moradores desertavam constantemente. Muitos fugiam para Belém ou outras vilas maiores. Preocupado com o futuro do estabelecimento, o oficial alertou João Pereira Caldas:

Os ditos moradores ausentes não têm outro cuidado mais do que em se verem livres desta vila sendo sua maior existência nessa cidade [Macapá], de forma que Vossa Excelência se não empenhar a pôr meios legítimos para a boa conservação desta vila socorrendo pelo modo possível aos seus respectivos povoadores e fazendo que se apliquem as culturas, em breve tempo se extinguirá pela forma que já tenho exposto a Vossa Excelência.<sup>25</sup>

Durante uma visita à vila, o governador constatou o desânimo da população em relação ao sítio a que tinha sido destinada e à intenção de abandonar a povoação, “pela penúria em que nela vivem, e pela falta de meios e de possibilidade para a cultura das terras, que tanto mais custa, e se dificulta neste País a quem não tem escravos, ou servos, para os pesados trabalhos a que ela obriga”.<sup>26</sup> Apesar das expectativas do comandante, o governador pouco fez para solucionar os problemas dos colonos. Apenas os conteve, “animando-os, e persuadindo-os à subsistência, e dando a esse fim todas as providências, que só por ora cabem na pequena possibilidade do Estado”.<sup>27</sup> De fato, a Fazenda Real contava com poucos recursos e muitas dívidas com a Companhia de Comércio a esta época.

No ofício de 8 de novembro de 1773, consta o “Mapa de todos os Habitantes e Fogos que existem na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus da Vila Vistoza ao 1º de Julho de 1773”<sup>28</sup>, reproduzido aqui no quadro abaixo.

Pessoas livres				Pessoas cativas				Total
	Velhos		Velhas		Velhos		Velhas	
Crianças de sexo masculino até a idade de sete anos		Crianças de sexo feminino até a idade de sete anos		Crianças de sexo masculino até a idade de sete anos		Crianças de sexo feminino até a idade de sete anos		
Rapazes de sete até quinze anos		Raparigas de sete até quatorze anos		Rapazes de sete até quinze anos		Raparigas de sete até quatorze anos		
Homens de quinze até sessenta		Mulheres de quatorze até cinqüenta		Homens de quinze até sessenta		Mulheres de quatorze até cinqüenta		
	Desde sessenta até noventa De mais de noventa		Desde de cinqüenta até noventa De mais de noventa		Desde sessenta até noventa De mais de noventa		Desde de cinqüenta até noventa De mais de noventa	
67	8	44	10	21		17	4	566
40		20		7		4		445
107		149		36		32		121
								134
								Das pessoas livres e cativas
								Das pessoas livres
								Das pessoas cativas
								Dos Fogos

Vila Vistosa aguardaria seu fim, enquanto os moradores, um a um, deixavam aquelas terras para viver em outras paragens. As edificações foram, ao longo dos anos, ruindo para nunca mais serem levantadas novamente. E o que restou de pé foi coberto pela mata, que conserva, até hoje, a estrutura da igreja em pedra e madeira. A antiga vila permanece num lugar isolado e de difícil acesso, escondida pela floresta. Quanto aos antigos povoadores, não

foi possível identificar o destino que teriam escolhido ao abandonar Vila Vistosa. O certo é que deram continuidade à busca de um sítio, em qualquer lugar do mundo português, que oferecesse melhores condições de vida, ou onde fosse simplesmente possível sobreviver.

Afora Vila Vistosa, outras comunidades tiveram o mesmo fim. Ali bem próximo, existiu uma povoação formada por colonos portugueses vindos do Marrocos, onde se estabeleceram outras relações políticas, econômicas e sociais. Trata-se de outra experiência de povoamento da administração pombalina na Amazônia.

---

<sup>1</sup> Este artigo é decorrente do trabalho de conclusão de curso (TCC) defendido na Universidade Federal de Pernambuco, em outubro de 2006, e desenvolvido sob a orientação dos professores doutores Virgínia Assis e Marcos Albuquerque.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Pernambuco e técnica da equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPE.

<sup>3</sup> O imigrante aqui é também colono, uma vez que entra em país estranho para nele se estabelecer e, ao mesmo tempo, transformá-lo em colônia.

<sup>4</sup> MADEIRA, Artur Boavida. *Ilhéus açorianos na colonização do Brasil na segunda metade do século XVIII*, artigo disponível em [www.ceha-madeira.net/noticias/congressos/brasil/amadeira.htm](http://www.ceha-madeira.net/noticias/congressos/brasil/amadeira.htm), p. 1.

<sup>5</sup> *Apud* MADEIRA, Artur Boavida. Op. cit. p. 2.

<sup>6</sup> Diz-se '(re)povoamento', pois não se deve negligenciar os primeiros povoadores do Novo Mundo, as sociedades indígenas, destruídas em função do mesmo (re)povoamento.

<sup>7</sup> MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no vale do Amazonas. Açorianos no Cabo do Norte – século XVII*, in BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia* – Porto Alegre: EST, 2002. p. 45.

<sup>8</sup> GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil* – 5ª ed. revisada e atualizada – organização e apresentação de Leonardo Dantas Silva – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1995. p. 1.

<sup>9</sup> *Idem*. p. 12.

<sup>10</sup> FARIA, Manoel Severim de. *Notícias de Portugal, 1740*. Obra completa disponível em [www.purl.pt/index/geral/aut/PT/26247.html](http://www.purl.pt/index/geral/aut/PT/26247.html), p. 7.

<sup>11</sup> DANIEL, João, 1722-1776. *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, v. 2 – Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 397.

<sup>12</sup> *Idem*. p. 397.

<sup>13</sup> *Idem*. p. 398.

<sup>14</sup> A preferência pelos casais se justifica pela maior possibilidade de se fixarem na nova terra, enquanto que os solteiros logo pretendiam voltar para o Reino.

<sup>15</sup> MADEIRA, Artur Boavida. Op. cit. p. 6.

<sup>16</sup> MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Op. cit. p. 47.

<sup>17</sup> *Idem*. p. 46.

<sup>18</sup> A documentação do Estado do Grão-Pará foi disponibilizada à UFPE pelo Projeto Resgate e encontra-se reunida em CD-R, no Laboratório de Pesquisa e Ensino em História (LAPÉH) da universidade.

<sup>19</sup> ARAÚJO, Renata Malcher de. *As Cidades da Amazônia do Século XVIII – Belém, Macapá e Mazagão*. Dissertação de Mestrado pela FCSH (Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto), UNL (Universidade Nova de Lisboa) - FAUP Publicações, 1992. p. 149.

<sup>20</sup> *Idem*. p. 190.

<sup>21</sup> *Idem*. p. 52.

<sup>22</sup> AHU, Pará Caixa 750 (35) – 8 de Novembro de 1773 *Apud* ARAÚJO, Renata Malcher de. Op. cit. p. 192.

<sup>23</sup> AHU, Pará Caixa 757 (41) – 23 de Julho de 1781 *Apud* ARAÚJO, Renata Malcher de. Op. cit. p. 192.

<sup>24</sup> *Relação dos Povoadores desta Vila Vistosa Nossa Senhora da Madre de Deus, com declaração dos que ao presente existem e dos que se acham ausentes em diversas partes*. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 69, D. 5938, Cópia, fls. 1-7.

<sup>25</sup> *Idem*. fls. 3 e 4.

<sup>26</sup> *Idem*.

<sup>27</sup> *Idem*.

<sup>28</sup> *Idem*. fl. 2.

Texto disponibilizado pelo site Brasil Arqueológico - Equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - <http://www.magmarqueologia.pro.br/>

Conteúdo protegido pela lei de direitos autorais. É permitida a reprodução parcial ou total deste texto, sem alteração de seu conteúdo original, desde que seja citada a fonte e o autor.

COMO CITAR ESTA OBRA:

SOUZA, Milena Duarte de Oliveira. Portugal, os imigrantes e a Amazônia na segunda metade do século XVIII. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA UFRPE - HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE, 6., 2006, Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 2006. CD ROM.